

Governo garante aprovação de Orçamentos e adesão ao Propag

Com déficit de R\$ 19 bi, Estado aposta em renegociação para equilibrar as contas

Por Paula Vieira

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) encerrou o calendário de sessões ordinárias de 2025 com a aprovação de um pacote de medidas fiscais que definirá as finanças da administração estadual nos próximos anos. Em um debate marcado pela responsabilidade fiscal e necessidade de manutenção dos serviços públicos, o plenário deu sinal verde à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, à revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e à autorização para que o Governo do Estado ingresse no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). O conjunto de votações reflete um esforço entre o Legislativo e o Executivo para enfrentar um cenário de receitas pressionadas e despesas crescentes.

A pauta central foi a autorização para a adesão do Propag, medida que o Palácio Guanabara considera fundamental contra o sufocamento das contas fluminenses. Com uma dívida pública que atinge a marca de R\$ 225 bilhões, dos quais R\$ 193 bilhões são devidos à União, o Rio de Janeiro busca se livrar do atual regime de juros (IPCA mais 4%) para uma modalidade que permita a redução desses encargos. A expecta-



Thiago Lontra/Alerj

Votação começou pela manhã e foi encerrada no fim da tarde desta quinta-feira (18)

tiva é que, com o cumprimento de contrapartidas fiscais, os juros diminuam, gerando um alívio imediato no Tesouro Estadual. Segundo o deputado Luiz Paulo (PSD), a renegociação é vital para o próximo exercício: sem o programa, o governo teria de desembolsar R\$ 12,33 bilhões apenas com o serviço da dívida, mas a adesão pode diminuir o rombo de 2026 em até R\$ 8 bilhões.

Na sequência da ordem do dia, o plenário discutiu a Lei Orçamentária Anual, que projeta

uma receita líquida de R\$ 107,64 bilhões frente a uma despesa fixada em R\$ 126,57 bilhões. O resultado é um déficit orçamentário de R\$ 18,93 bilhões para 2026. Durante a votação, o deputado Luiz Paulo criticou o tamanho do déficit: “Esse é um dos piores orçamentos que já votei aqui no parlamento. Eu não me lembro de ter votado um orçamento com um rombo de R\$ 19 bilhões. Isso depois de vender a Cedae e colocar R\$ 17 bilhões no caixa”, afirmou o parlamentar.

O Executivo defende que a LOA 2026 garante a continuidade de projetos fundamentais. O governador Cláudio Castro (PL) celebrou o resultado da votação e reforçou a importância da cooperação com o Parlamento: “Deixo meu agradecimento aos deputados e deputadas por terem entendido a relevância do tema e votado o nosso projeto rapidamente. A entrada no Propag é fundamental para a saúde financeira do Estado, pois, entre outros benefícios, vai permitir que continuemos a inves-

tir em áreas essenciais como Educação, Saúde e Segurança”.

No detalhamento das despesas, a Segurança Pública segue como o pilar prioritário da administração fluminense, com R\$ 19,15 bilhões. A Saúde contará com R\$ 13,44 bilhões e a Educação com R\$ 10,53 bilhões. As despesas com a Previdência Social somam R\$ 31,14 bilhões, refletindo o impacto estrutural da folha de inativos no Rio.

Pelo lado das receitas, o ICMS permanece como o principal motor da arrecadação, com previsão de R\$ 55,83 bilhões. Contudo, o orçamento sinaliza preocupação com os royalties e participações especiais de petróleo, estimados em R\$ 21,52 bilhões, valor 21% menor que o previsto para 2025. Somado a isso, o Estado prevê uma renúncia fiscal de R\$ 24,14 bilhões.

O Parlamento também garantiu participação direta através das emendas impositivas, que corresponderão a, no mínimo, 0,37% da receita líquida de impostos, com aplicação obrigatória de 30% na Saúde e 30% na Educação por cada um dos 70 deputados. Por fim, a revisão do PPA consolidou 40 programas e 1.086 produtos, determinando uma distribuição de ações no interior e na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Veto cai e ‘Gratificação Faroeste’ é mantida

PCERJ

Por Paula Vieira

Mais cedo, os deputados da Alerj derrubaram o veto do governador Cláudio Castro (PL), recriando a gratificação faroeste, que prevê bônus de 10% a 150% no salário de policiais civis que neutralizarem criminosos em operações ou confronto.

Anteriormente, o governador vetou a medida alegando que a bonificação geraria despesas incompatíveis com o Regime de Recuperação Fiscal. Na primeira votação, houve desentendimento sobre a contagem de votos. Na segunda, 40 deputados foram favoráveis a derrubada do veto, 24 foram contrários e um se absteve.

Houve intenso debate entre nomes da direita e da esquerda. Opositores do PSOL declararam que acionarão a Justiça contra a manutenção da medida. Os deputados Flávio Serafini e Renata Souza já prepararam um documento de contestação com 26 páginas.



Policiais que neutralizarem criminosos poderão receber bônus

Também foram vetados projetos que determinavam a criação do auxílio saúde e gratificação de atividade de ensino policial.

“Há 20 anos, derrubamos a gratificação por ter demonstra-

do que isso incentivou execuções (...) a segurança pública é prender, condenar e capturar as armas, não matar com tiro no ouvido, nas costas. Do ponto de vista técnico, é completamente incons-

titucional votar um projeto que não diz o impacto financeiro e a fonte de custeio. O governador Cláudio Castro vetou não por discordar, mas porque a Procuradoria do Estado disse que é completamente ilegal, ainda mais em um estado quebrado. Isso vai ser judicializado”, disse Carlos Minc (PSB), que criou a lei que pôs fim a gratificação no ano de 1998 e votou pela manutenção do veto nesta quinta-feira.

Líder do governo na Alerj, o deputado Rodrigo Amorim (União) alegou que a decisão de cada deputado era política e que o governador Cláudio Castro teria liberado a base para votar como quisesse, acrescentando: “Eu sou favorável a gratificação faroeste por entender que é um reconhecimento aos policiais que tiram marginais do convívio da sociedade”.

Amorim lembrou a operação realizada nos complexos da Penha e do Alemão: “O governador realizou a maior ope-

ração policial da história, extremamente bem sucedida, salvo os agentes que foram abatidos, heróis de guerra”. O parlamentar argumentou que Cláudio Castro “tem realizado o maior investimento da história na segurança pública e o veto dentro de uma lei importante sobre a carreira do policial civil, foi técnico e criterioso sob o ponto de vista orçamentário”. Apesar da alegação do governador, o deputado foi favorável a queda do veto. “O que defendo é que a gratificação, apesar de gerar despesa pode ser regulamentada dentro dos parâmetros orçamentários”, concluiu.

Em relação a Polícia Penal, por meio de uma subemenda apresentada pelo deputado Luiz Paulo, foi aprovado o projeto que estende a Gratificação de Valorização Profissional a todos os inspetores do órgão, inclusive aposentados, com reajuste do adicional de 18% para 20% do vencimento-base.